

Um novo prazo para a consolidação da dívida?

O governo está estudando a hipótese de reduzir o prazo de consolidação plurianual da dívida externa, segundo informou ontem em Brasília um assessor do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. O assessor confirmou que, para atender a exigência do FMI de corte de Cr\$ 20 trilhões no déficit público, a tendência é no sentido de aumentar a receita e não de cortar despesas.

O novo esquema de consolidação plurianual coincidiria com o final do mandato do presidente José Sarney, e faria o volume de amortizações a ser negociado com os credores cair de US\$ 45,3 bilhões para US\$ 30 bilhões. A queda do volume de amortizações também seria acompanhado da diminuição do prazo para a efetivação destas amortizações. Originalmente, pensava-se no governo anterior num prazo de 16 anos (até o ano 2000). O assessor de Dornelles não soube precisar para quanto diminuiria este prazo, com a nova hipótese.

De seu lado, o ministro do Planejamento, João Sayad, também

admitiu que "está muito tarde" para fechar um acordo com o FMI este ano. Apesar disso, salientou que o Brasil ainda está trabalhando com esta possibilidade. "Temos tido o interesse em viabilizar um acordo com o Fundo também para 1985."

Ao ser indagado se o adiamento do acordo não prejudicará o acordo do Brasil com os bancos credores, o ministro do Planejamento respondeu: "A situação do Brasil é de absoluta tranquilidade. Temos produzido um bom superávit na balança comercial; a inflação está sob controle. Não vejo razão para preocupação".

Sayad disse desconhecer que exista dentro do governo duas "turmas", uma a favor de fechar o acordo com o FMI imediatamente, e outra, de romper com o Fundo. "Na minha opinião, existe uma só turma: a da negociação. Estamos todos negociando" — afirmou. Na segunda-feira, o ministro Francisco Dornelles falou da existência destas duas "turmas".

Críticas

Em Brasília, o deputado Alberto Goldmann disse que a afirmativa feita pelas autoridades de que estão obtendo nova prorrogação da dívida externa escamoteia a verdade. "O certo é que estamos pagando integralmente os juros desta dívida, o que significa mais de dez bilhões de dólares anuais, vale dizer, quase todo nosso superávit comercial."

Desta maneira, a Nova República continua a realizar a mesma política econômica danosa para o País, com consequências nos níveis de emprego e na manutenção de elevados índices de inflação, "porque estamos entregando aos nossos credores toda diferença positiva ou estamos obtendo pelo esforço de exportação e pela contenção das importações. Mais do que isto, realmente, não poderíamos fazer e é por isso que os credores internacionais não nos apertam mais, nem o FMI exige a concretização de novos acordos, pois estamos dando tudo, literalmente tudo o que temos".